

NARRATIVAS RURAIS: O ESTADO E A PECUÁRIA NAS VOZES DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE MARABÁ, PA

RURAL NARRATIVES: THE STATE AND THE LIVESTOCK IN VOICES OF THE FAMILY FARMING OF THE MARABÁ REGION, PA

Tiese Rodrigues Teixeira Jr -Dr. em Ciência Socioambiental - Unifesspa - tiesejr@gmail.com

Maurilio de Abreu Monteiro - Dr. em Ciência Socioambiental - Unifesspa - maurilio.monteiro@unifesspa.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como foco de análise a relação de trabalhadores da agricultura familiar com o estado e a pecuária na região de Marabá, sudeste do Pará. As narrativas utilizadas resultam de uma pesquisa de campo realizada nos anos de 2017 e 2018. Para tal reflexão recorremos à história oral, Alberti (2007); Holanda (2007) e ao conceito de estado em Bourdieu (1992, 2001, 2010). O trabalho com as oralidades indicou que o estado age como uma força presente e que influencia as atividades produtivas no interior das unidades familiares e que historicamente colocou em curso um projeto de monocultura do gado na região. A presença física e simbólica do gado emerge nas subjetividades apresentadas e aponta, pontos de atrito, entre duas propostas distintas desse agrário. Fazer uma leitura dessa ruralidade pelo viés da história oral é uma possibilidade de interpretar suas dimensões socioculturais e alertar, para o perigo do desaparecimento dessa parcela de trabalhadores e trabalhadoras, que lutam pela sobrevivência da diversidade produtiva na região.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Estado. Pecuária. Amazônia. Marabá.

ABSTRACT

this paper seeks to make a analyses between works of family farming in front of state and livestock in Marabá region, southeast of Pará. The narratives used result from a research of field performed in the years 2017 and 2018. For such reflection used oral history Alberti (2007); Holanda (2007) and the concep of state in Bourdieu (1992, 2001, 2010). The analyses of the oralities showed that state acts like a force present and that influency the ativities in family units and historically puts in course one mocultural projet of cattle in region. Presence phisical and symbolic of cattle emerges in subjectivities presents and shows friction points between two distinct proposals of this land. To make a reading this rurality with oral history it is a possibility to interpret its dimensions sócio cultural and to alert for the danger of disappearance this part of workers that fight for the survival of productive diversity in region.

Keywords: Family Farming. State. Livestock. Amazon. Marabá

Introdução

As reflexões aqui desenvolvidas têm como objeto de análise um corpus retirado da narrativa de trabalhadores rurais, a partir de entrevistas ocorridas nos de, 2017 e 2018, e temos como agentes sociais neste processo agricultores familiares da região sudeste do Pará, que possuem uma relação com a pecuária em seus assentamentos. O objetivo é analisar o mundo do trabalho dessa parcela do agrário regional, nas dimensões das suas práticas cotidianas, frente a um universo marcado pelas ações do estado, que historicamente incentivou a pecuária na região, tendo por base suas narrativas orais.

Na perspectiva teórica e analítica optamos pelas ferramentas da história oral, cotejando estas com a categoria *estado* de Bourdieu (2010). Optar pela oralidade é caminhar em um ato premeditado, é um procedimento que ocorre em tempo real, com pessoas vivas colocadas em um diálogo; é estabelecer vínculos com a memória, modos de narrar e a identidade do grupo entrevistado; e que o espaço e o tempo da história oral são o aqui, e o agora e o resultado dela deve ser um documento. (ALBERTI, 2007; BOURDIEU, 2010).

Com a articulação desses conceitos buscamos trilhar um processo de construção de sentidos nas falas desses trabalhadores na dimensão das suas subjetividades, relacionadas ao estado e à pecuária na região em tela. O texto está dividido em introdução, dispositivo analítico, sobre o estado na Amazônia, trabalhando com as narrativas rurais e as considerações finais.

Dispositivos analíticos

A opção pela história oral nesta análise se explica pelo fato desta representar um conjunto de procedimentos, em que há um projeto por base e este se direciona a um grupo de pessoas a serem entrevistadas, e, também, por esta significar um recurso importante para a elaboração de documentos. Ela é uma história do tempo presente e viva.

A história oral é um processo de aquisição de entrevistas e precisa ser utilizada para “responder a um sentido de utilidade prática, social e imediata” (MEIHY E HOLANDA, 2007), mas não se esgota naquele momento.

Sobre a matéria da história oral dizem Meihy e Holanda:

É material essencial da história oral a humanização das percepções que até então tem sido, geralmente, vista como expressões institucionais, de macro estruturas, partidos políticos e processos como a industrialização, o comportamento da relação campo-cidade. (p.26).

Isto indica que a história oral valoriza o indivíduo, sua identidade e suas memórias, por exemplo, ganham relevo frente à estrutura social. Aqui fazemos uso da história oral temática, já que o debate proposto acontece em torno de um assunto específico, estado e pecuária, pois, esta tem a intenção de formular documentos que se opõe a uma situação estabelecida e promove o debate com redes que nutrem opiniões diversas. Intenção deste trabalho.

Fechando o quadro de dispositivos analíticos, utilizamos a categoria *estado* (BOURDIEU, 2001) que é aqui interpretada, como força pública e carrega uma dupla face de concentração/separação, expressa em monopólio e desapossamento. A força pública ao ser constituída gera um apossamento legítimo da força, por parte do estado. Lembrando que esta categoria faz parte de um quadro maior de conceitos de Bourdieu (2001), que traz na sua base,

o conceito de campo, não utilizado aqui, dado os limites da proposta apresentada. Ao tratar das configurações do estado ele diz:

Os que não são o Estado ou mandatados pelo Estado não podem exercer a violência, dar socos, fazer autodefesa...a violência física só pode ser aplicada por um agrupamento especializado especialmente mandatado para esse fim, claramente identificado no seio da sociedade pelo uniforme, portanto um agrupamento simbólico, centralizado e disciplinado (BOURDIEU, 2010, p. 268).

Outro ponto a ser considerado diz respeito ao estado como criador de metacampos, ou seja, campos separados com natureza e lealdades específicas, como por exemplo, o campo econômico, que carrega a finalidade de formar um capital econômico central, de uma riqueza central, que dá ao detentor desse tesouro um poder: *ele tem o direito de cunhar moeda, tem o direito de fixar as cotações, tem o direito de tomar decisões econômicas etc.* Ao construir esse poder econômico centralizado, o estado adquire o poder de ajudar no processo de formação de uma dimensão econômica autônoma, que interfere na formação da nação como espaço econômico uno. Assim, o poder econômico de base fiscal + a dimensão econômica unificada = a mercado nacional unificado (BOURDIEU, 2010).

Trazer a categoria estado nesta proposta é considerar que este aparece como transcendente *uma instância superior e irredutível às suas manifestações empíricas no mundo sensível.* Pontuamos que a burocracia cria *discursos* de legitimação, por exemplo, os impostos são necessários para que se possa vencer a guerra e defender a nação. Isto mostra um intenso trabalho de construção simbólica, assim, *a construção do estado é em grande parte uma invenção mental* (BOURDIEU, 2010, p.274).

Sobre o estado na Amazônia

No projeto de desenvolvimento pensado pelo estado brasileiro para a região a Amazônia aparecia como um local em que estava estocado uma infinidade de recursos naturais, que permitiriam ao capital refazer seu ciclo de acumulação, o estado tomou a frente do projeto de desenvolvimento apresentado ao país, como a solução para os problemas econômicos e sociais da época (TRINDADE, 2014).

Esse ideal de progresso via um crescimento linear e sem fim, que buscava na incorporação de terras e de recursos naturais infindáveis o seu trunfo. Como pano de fundo, o ideal moderno dizia que para o projeto ter sucesso era preciso transformar a natureza *selvagem*, em natureza *dominada*, e fazê-la gerar lucros. Assim, a incorporação da Amazônia ao resto do Brasil, passaria antes de tudo, pela transformação do seu espaço natural, através do trabalho humano. Com essa visão o espaço amazônico foi ocupado sob a égide do estado.

Nesse processo de redistribuição territorial, proposto pelo governo, a agricultura colocada em prática, desde o início estava vinculada a um grupo: o das empresas capitalistas. Esse modelo ganhava destaque com a expansão do mercado da indústria de tratores, adubos químicos e sementes elementos -chave na agricultura moderna proposta pelo estado. A lógica de exploração era capitalista. As atividades de pecuária extensiva logo receberam ajuda de custo do governo, para facilitar seus empreendimentos. Esse projeto buscava substituir florestas por pastagens, e acabar com o “isolamento e o vazio humano”, da região como afirmava o discurso hegemônico do capital, para esta estratégia de desenvolvimento do estado na região, a terra só tinha valor se fosse transformada em pasto (TRINDADE, 2014).

Era preciso impedir o desenvolvimento da agricultura familiar, pois esta, ia de encontro a esses princípios da agropecuária. Mesmo assim, ela não deixou de se desenvolver e tornar-se um importante setor da produção agrícola regional. O intenso movimento migratório para a região é explicado em boa medida, pelos programas oficiais de colonização deslocando trabalhadores do campo e da cidade, especialmente do Nordeste e Centro-Sul, motivados pelo sonho de conseguir terra para plantar, mas também, encontrar trabalho nas obras de infraestrutura, atividades de exploração de madeira e minério (CASTRO et al; 2008).

Monteiro (2006) argumenta que a disputa pela terra estaria inserida no bojo de visões de projetos distintos de desenvolvimento regional e que na fronteira amazônica são identificáveis resultados de tentativas estratégicas de modernização vinculadas ao um modelo de desenvolvimento que oferece aporte e impulsiona

A mineração industrial, as guseiras, as grandes metalúrgicas, as grandes indústrias químicas, a produção homogênea de gado e de grãos e as gigantescas estruturas industriais, cuja implementação pressupõe uma elevadíssima padronização das bases produtivas, podendo provocar alterações tão significativas na natureza originária que comprometem os fundamentos da sua reprodução, representando, portanto, grandes riscos ambientais. [...]. Em oposição a esse modelo, encontram-se as pequenas e médias estruturas produtivas, que operam em pequena escala, entre as quais grande parte das unidades camponesas. Trata-se de um modelo baseado na diversificação da produção, cujos riscos ambientais são bem menores (MONTEIRO, 2006, p.7).

Por conseguinte, os processos de ocupação da Amazônia brasileira nas últimas décadas do século XX foram fortemente marcados pela intervenção do governo federal. Monteiro (2005) indica que “o Estado autoritário, a partir da convergência da geopolítica com a doutrina de segurança nacional, formulou uma doutrina de intervenção interna, que tomou formas específicas no caso da Amazônia” (MONTEIRO, 2005, p. 144). Para os governos militares era imperioso “ocupar a Amazônia” e para tanto foi criado um grande aparato institucional e diversas ações coordenadas pelo governo, uma destas ações envolveu a criação, em 1974, do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia).

Os planos federais previam a implantação de diversos “polos de desenvolvimento na Amazônia brasileira”, a organização destes de um destes polos teve repercussão direta nas mudanças na “região de Marabá”. Já que a partir dos anos 1980, diante das dificuldades para financiar a infraestrutura vinculadas a todos os polos do Polamazônia, criou, em 1980, um novo programa que passaria a concentrar a maioria dos recursos federais destinado à Amazônia, este programa foi Programa Grande Carajás e do (PGC) e tinha como elemento chave a exploração das minas de Carajás, na “região de Marabá” (MONTEIRO, 2005, p. 152).

O Programa Grande Carajás (PGC) teve grande repercussão na organização das dinâmicas regionais, ele trouxe,

em seu bojo uma grande diversidade de interesses, entre eles os dos governos militares e de grupos transnacionais, aos quais se agregaram os da CVRD, que buscava consolidar na região um ambiente socioeconômico que resguardasse seus investimentos e maximizasse a utilização da infraestrutura por ela criada (MONTEIRO, 2005, p. 153).

Este quadro conduz a pertinente percepção de que

no sudeste do Estado do Pará a produção camponesa e a produção mineral têm sofrido pressões e influências recíprocas [...] ocorreu uma intersecção temporal e geográfica destas estruturas produtivas. A região abrigou frentes de expansão camponesa [...] bem como se instalaram empreendimentos de mineração industrial vinculados à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e que se destinavam à extração e beneficiamento primário de minerais. Estes empreendimentos têm influência nas trajetórias do espaço agrário da região. A região, em função da instalação de atividades de mineração industrial e da concentração de grande fluxo migratório, passou a assumir, simultaneamente, uma conotação de área de crescente exploração de minerais e de surgimento de projetos de assentamentos (MONTEIRO; TEIXEIRA, 2006, p. 49)

Castro (2008) indica que no Sul do Pará, por exemplo, há uma rota de pecuarização em curso, desde 1975 conduzida pelas mãos do estado e do capital privado, e que esta tem definido o ordenamento territorial naquele espaço.

Por estas razões defende-se que o estado brasileiro age de forma física e simbólica historicamente na região, e afeta todos os segmentos humanos do contexto em tela, e que suas ações podem, por exemplo, direcionar as atividades econômicas colocadas em curso pelos agricultores familiares, argumento que encontra eco na forma como Trindade (2014) desenha as ações deste para a Amazônia:

Na Amazônia, a intervenção estatal estabelece os elos mais importantes para dinamização das condições de reprodução ampliada do capital, isso procedendo ao mecanismo gestão, via políticas públicas, dos principais componentes necessários à acumulação: a força de trabalho, a terra e a infraestrutura enquanto parcela central dos meios de produção (TRINDADE, 2014, p.154).

Na Amazônia da região de Marabá, a intervenção do estado historicamente caminhou junto com o projeto de monocultura da criação de gado, este projeto vai de encontro ao preconizado pelos agricultores familiares, que tem na sua base, a diversidade da produção. Nesta seara, as políticas públicas de acesso à terra e de crédito bancário colocadas em curso foram e são destinadas a um segmento produtivo específico, a pecuária. A seguir buscamos identificar estas marcas nas narrativas dos trabalhadores rurais, que precisam conviver com a pecuária em seus lotes.

Trabalhando com as narrativas rurais

As narrativas escolhidas para análise são de trabalhadores da região sudeste do Pará, dos municípios de Itupiranga, São Joao do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Nova Ipixuna e Jacundá, gravadas em reuniões previamente agendadas, nos anos de 2017 e 2018. Foram feitos recortes narrativos pontuais nas entrevistas, que pudessem ajudar na construção de uma linha interpretativa capaz de entender como as ações do estado são interpretadas por estes agentes sociais.

Propor uma leitura das narrativas rurais a partir da perspectiva dos agricultores familiares é assumir uma postura frente às suas histórias e configurações socioculturais, privilegiando, a recuperação daquilo que eles viveram e vivem, assim, trazer suas oralidades como fio condutor das reflexões é dialogar com suas memórias e identidades. (ALBERTI, 2007).

A diversidade da produção aparece como uma marca importante nas falas em tela, assim como, a falta de condições para desenvolver tal atividade. Como as ações do estado não são voltadas para este segmento falta, por exemplo, assistência técnica. Neste sentido um agricultor destaca:

Eu fico pensando em cima da banana. Banana produz, mas o agricultor falta é morrer de tanto trabalhar pra tirar o primeiro cacho. O açaí precisa de uma terra bem úmida, precisa de um técnico pra dizer: pra produzir açaí é desse jeito, é dessa forma. Pra produzir a banana é dessa forma. É dessa maneira pra produzir mandioca. O gado não, tem lote que o produtor já recebeu com pasto. Agricultor 01, de São Domingos do Araguaia, Pa.

Outro elemento apontado no enunciado acima é que o agricultor está em uma terra que foi preparada para receber gado. Isto indica a hegemonia da pecuária e como esse processo pode interferir na atividade de produção do lote, uma vez que o capim já plantado pode provocar uma falsa ideia de facilidade de trabalho com o gado, se comparado a banana, ou, ao açaí.

Falar da presença do estado no mundo rural na região de Marabá é falar numa relação de *mobilização, monopólio, e desapossamento*, de certa forma uma força que tenciona a vida socioeconômica desses agentes. Por exemplo, ir ao banco, esperar atendimento, entender a linguagem financeira da instituição são representações das relações internas desse universo. Isso pode ser lido como expressões de uma *força pública*, que age de fora para dentro na vida do agricultor. Tempos, conflitos, negociações, operam nesse espaço marcado por criação e circulação de discursos burocráticos, que marcam a força social do estado. Aqui, o agricultor familiar se depara com regras, e nelas, o estado manifesta o seu poder, em especial como detentor dos rumos da economia. Faz leis, determina tempos, impõe o que o agricultor familiar vai produzir. Este condicionante é externo. Ou aceita as regras do banco, - Estado - ou não consegue o financiamento. (BOURDIEU, 2001).

As falas a seguir expressam isso de outras formas:

É muito difícil chegar um empréstimo. Um financiamento. Muitos não têm como adquirir uma cabeça de gado, uma bezerra. Conheço gente que ganhou uma de um compadre, um parente e daquela semente ele começou. Financiamento tem, mas é pra grande produtor. Agricultor 02, de Jacundá (PA)

A agricultura precisa de mais investimento que o pequeno produtor nunca tem, as vezes ele ainda fica esperando do governo, ainda acredita nas promessas, mas no fim não chega pra ele, o BASA tem dinheiro, mas é pra gado. Ai a gente é obrigado a fazer o empréstimo pro gado. O banco quer um retorno logo, a mandioca demora muito, a banana também, ainda mais porque pode dá um problema na plantação da mandioca e a gente perde tudo, ai nem a gente nem o banco. Agricultor 03, de Itupiranga (PA)

Na grande fazenda a gente vê as placas de investimento do Basa e do FNO, mas pro pequeno produtor é difícil. Outra coisa aqui em Itupiranga muitos lote já tinha capim plantado ai teve que aproveitar e criar gado. Agricultor 04, de Itupiranga (PA)

No caso do meu lote, que fica no Hidroservice, lá era uma fazenda, já tinha capim plantado, então foi o jeito aproveitar. O banco fornece crédito pra gado. Aqui mesmo em Itupiranga é assim. Até porque o banco quer um

retorno logo do dinheiro. (...) eu tenho gado meu e na meia também. Mas eu só mexo com leite. Vender uma vaca só ser for uma necessidade muito grande. Agricultor 50, de Itupiranga.

É preciso considerar aqui, que de acordo com Bourdieu (2010), o mundo social é composto por regras, e as falas acima expressam isso de alguma forma. Outra questão presente, novamente, é a “herança” na terra, o capim, um indutor da criação do gado. Como a agricultor entra nesse jogo, e cria estratégias para dele participar é o que nos interessa observar. As redes de relação e de capital social podem ajudar na construção de ações que o ajudem, afinal, um compadre, pode ganhar uma “semente” de gado de presente, e não precisar do empréstimo bancário para isso.

Aqui, talvez esteja um dos condicionantes mais fortes e determinantes da força da pecuária sobre a agricultora familiar da região de Marabá, pois, de um lado o estado promove o financiamento para compra do gado, do outro, o capital privado opera criando uma rede de coleta e beneficiamento dos derivados do gado através de resfriadores, laticínios e frigoríficos, que garantem a segurança da venda, ao agricultor. Vejamos:

80% da produção do leite aqui de São Domingos vai pra fora, vai pra laticínio. Aqui nesses lotes produz de 30 a 40 litros por dia de leite, é pequeno. O leiteiro faz a coleta até em cima numa moto e entrega no tanque resfriador. O resfriador é do laticínio. O leiteiro vem buscar aqui no lote. Isso é com leite. A poupa de fruta não. Pra vender eu tenho que levar pra cidade ou sair dando pros vizinho, se não estraga. Agricultor 06, de São Domingos do Araguaia (PA).

Aqui em São Domingos tem resfriador de 500 litros, de 800 litros até 2000 litros, no meu caso que sou um produtor individual eu mesmo vendo pro laticínio. Tem resfriador individual e coletivo. O coletivo que eu to dizendo manda pegar o leite do Daniel, do Raimundo, do Zé Maria e depois vende. O preço varia de R\$ 0, 80 centavos a 1.10 e isso dificulta o negócio do leite. Agricultor 07, de São Domingos do Araguaia (PA).

Seja o pequeno ou grande produtor de leite, todos vende. O comprador de leite compra tudo. Junta tudo no tanque resfriador e vende pra fora. Tem atravessador grande aqui que concentra uma grande quantidade de leite num só resfriador. O leite o comprador vem buscar no lote, isso facilita. Mesmo que a estrada esteja ruim o leiteiro pega a moto dele e vem. Agricultor 08, de São Domingos do Araguaia (PA).

A rede opera em vários níveis: Comercial, informação, conhecimento. Possibilita saber a quantidade de leite produzida pelos seus vizinhos, às diferenças de preço, potencial dos resfriadores e acima de tudo representa a garantia que seu produto vai ser distribuído. Essa segurança da venda do leite, por exemplo, significa atender às necessidades da reprodução familiar, e uma redução no uso da força de trabalho, algo que nesse contexto social precisa ser considerado.

Os agentes sociais se encontram em um contexto sociocultural e que neste há luta, suas histórias de vida podem operar como produtoras de estratégias que são fruto de suas experiências sociais, de formas de estar no mundo, de se ver e ver o outro, de se anunciar individual ou coletivamente. Essa experiência se espelha nas suas falas, gestos, e manifestações de representação.

As oralidades apontam que no processo de constituição dos Assentamentos que formam o polo Hidroservice, no município de Itupiranga, no Pará, a pecuária sempre se fez presente como um projeto importante para a atividade econômica, pois, havia a intenção de que ali fosse organizada uma cooperativa de derivados do leite, a partir da criação e legalização de um laticínio. Na ocasião foi separado até um lote de dez alqueires, para que fosse construído o espaço físico, que daria início ao projeto, empreitada que foi perdendo força à medida que instrumentos de organização, como por exemplo, uma associação de produtores fortalecida, não se consolidou.

Eu mesmo vim de Bom Jesus do Tocantins e lá eu já mexia com gado. Vim pra Hidroservice a na época lá era pra ser formada uma cooperativa de derivados do leite. Era pra formar a cooperativa dos produtores de leite e criar um laticínio, mas nada disso vingou. Ficou só no projeto. Agricultor 09, de Itupiranga, Pa.

A memória aqui recuperada indica que houve um projeto para conduzir os agricultores familiares para Itupiranga. Esta iniciativa baseava-se numa proposta coletiva e tinha na sua base a produção leiteira que se inscreve numa lógica de produção para o mercado e que por conta disso, se configurava numa rede que produziria e iria comercializar o leite garantindo um destino final ao que seria produzido. A cooperativa não se consolidou, mas a pecuária sim, mesmo que a rede comercial não atenda as demandas dos agricultores envolvidos com o leite. Os relatos orais apontam que aqueles Assentamentos que produzem menos, e estão mais distantes do comprador, acabam produzindo leite apenas para o consumo familiar. Em alguns casos, como de moradores do Projeto de Assentamento Uxi, que estão no primeiro grupo de produtores, o leite, também, é utilizado na fabricação de queijo, que vez por outra é comercializado.

Aqui tem gado de corte e de leite. Mas 70% dos assentamentos criam gado. O criador de gado de corte é minoria mas tem. A maioria da venda é de bezerro, e nesse caso, o atravessador compra e revende para os grandes fazendeiros da região, quando o produtor está mais próximo do comprador final vende direto. Agricultor 10, de Itupiranga, Pa.

Com relação ao nível tecnológico, os agricultores familiares ouvidos apontam que a atividade é desenvolvida seguindo o padrão “pasto, sal e água”, como definiu um informante. A retirada do leite acontece de forma artesanal, com forte trabalho manual. Com relação ao gado, a maioria é misto. Os informantes destacam que alguns agricultores já tentaram o melhoramento genético do gado leiteiro, com inseminação, mas não funcionou, em boa medida por conta do alto custo. No Hidroservice existem 8 (oito) tanques de resfriamento, e não há laticínio local, a produção é toda comercializada com empresas de fora, com destaque para Marabá.

A comercialização do gado de corte acontece na sua maioria via atravessador, assim como, à venda do leite. Uma das razões para isso é a necessidade de legalização ambiental, pois, para colocar a carne do gado em um frigorífico é preciso que o produtor tenha o Cadastro Ambiental Rural, CAR, por exemplo, e isso a maioria não tem. No caso do gado de corte, o próprio frigorífico fiscaliza a propriedade de onde sai o gado. A maioria da venda é de bezerro, e nesse caso, os atravessadores compram e revendem para os grandes fazendeiros da região, quando o agricultor está mais próximo do comprador final, o atravessador sai de cena, como no caso do PA Berrante de Ouro, que vende diretamente os bezerros para os fazendeiros da região.

Ainda sobre a criação e comercialização do gado de corte, existe um sistema de “parceria”, onde o comprador deixa o bezerro na propriedade do vendedor por um período de um ano, há um ano e meio, e depois retira. Esse processo ocorre de agricultor para agricultor, e de agricultor para grandes fazendeiros. A venda final dessa produção é feita, na sua maioria, para frigoríficos de Marabá. Os informantes estimam que 30% dos agricultores do polo estão envolvidos apenas com o gado de corte. Neste segmento, 15% comercializam gado branco e acima de 100 cabeças.

Em se tratando da política pública para esse setor, o financiamento principal foi o PRONAF A, sendo acessado quase que por 100% dos produtores. De acordo com os informantes, no ano de 2013, foram colocadas aproximadamente cinco mil vacas, nos assentamentos do polo, através dos financiamentos do governo federal. “Como cobrar outros alimentos do produtor”, questiona um informante. Os agricultores familiares que vieram de outras regiões, onde já tinham acessado o PRONAF A, foram financiados pelo PRONAF MAIS ALIMENTO, estimado em 10%, do total dos agricultores. Esses foram os únicos créditos apontados pelos informantes.

As subjetividades aqui trazidas, pela história oral, apontam que o estado brasileiro tem a pecuária como um projeto econômico para esta parte da Amazônia; o estado opera em âmbito físico e simbólico; determina o acesso à terra e às linhas crédito bancário; o estado incentivou a ocupação da região pela pecuária e isso ficou marcado, por exemplo, no solo, pelo capim nosso de cada dia; a pecuária, historicamente, desenvolveu uma rede comercial para o leite, não existe outro paralelo na região, destinado a outra produção rural. As vozes trazidas aqui, revelam que o estado, de mãos dadas com a pecuária, impõe um modelo de produção para este agrário.

Considerações finais

Trabalhar com a história oral requer respeito pelos outros, por suas opiniões, atitudes, posições e visões de mundo. Estes elementos norteiam e dão significados às narrativas. Ela é individual num primeiro olhar, específica daquele narrador, importante para a compreensão da sua história, mas, também, para a história do seu grupo sua geração e seu país, pois, há universais na diferença. *A história é um nome genérico para designar as histórias vividas.* (ALBERTI, 2007, p.24).

A região sudeste do Pará é construída no conflito pela posse e manutenção de recursos naturais. Diferentes grupos humanos têm lutado nesta parte da Amazônia, neste cenário, os conflitos no campo ganham relevo. O trabalho escravo e as mortes de trabalhadores rurais fazem parte dos piores capítulos dessa história. As ações do estado e as atividades pecuárias estão imbricadas nesses processos. Falar em agricultura familiar na Amazônia é, antes de tudo, falar em diversidades. Assim, os agricultores familiares ouvidos aqui, fazem parte de uma parcela do agrário regional que tem relação com o gado, destacamos, que há outras ruralidades em curso como aquelas que praticam a agroecologia e seus lotes.

Uma primeira leitura da presença do gado nas propriedades da agricultura familiar pode indicar elementos apenas objetivos, já uma segunda, pode ver distorções nessa imagem. A pecuária na região de Marabá cerca o agricultor por todos os lados. Discursos são construídos e veiculados por todos os espaços possíveis. O estado indica que o crédito bancário seja para a criação do boi, a terra que o agricultor adquiriu já tem pasto, nas cidades

há uma infinidade de lojas vendendo materiais agropecuários, os meios de comunicação falam que o agro é “pop”.

É preciso reforçar que a pecuária não deveria ser imposta a esses agricultores familiares. A pecuária gera uma rede de dependências, pode determinar para quem e a que preço o agricultor vai vender seu leite, A pecuária criar um sentimento de individualidade e pode fragilizar laços comunitários. As oralidades trazidas aqui mostram subjetividades, que falam de uma criação de gado condicionada e idealizada, com promessas e facilidades, mas altamente sujeita a determinantes que fogem ao controle do agricultor, seja pela falta de assistência técnica ou avaliação detalhada, da força de trabalho empregada para mexer com uma vaca leiteira.

O debate trazido aqui se apresenta como mais uma possibilidade de provocar o diálogo sobre um tema tão caro, e necessário, para se pensar os caminhos do agrário nesta região. O confronto entre duas ruralidades distintas, uma marcada pela monocultura do gado e a outra pela diversificação da produção, carece cada vez mais, de novas chaves interpretativas. Neste sentido, defendemos que a história oral tem muito a contribuir.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.
- BEZERRA, Rosemayre Lima. Recorte do TCC, intitulado “Mulheres Posseiras: uma História de luta silenciada”. Marabá, Pa, UFPa, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença**. Porto Alegre: Zouk, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática 1983.
- CASTRO, Edna. (org.) *Sociedade, Território e conflitos: BR-163 em questão*. Belém: NAEA, 2008.
- CASTRO, Edna. Dinâmicas socioeconômicas e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 1, jul. 2006.
- CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade. A propósito de formas de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, dez. 1999.
- HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In: CASTRO, Edna; HÉBETTE, Jean. (Orgs.). *Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- HÉBETTE, Jean; ACEVEDO, Rosa. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: COSTA, J. M. M. (Org.). *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. p. 141-191.
- HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina. (Orgs.). *No mar, nos Rios e na Fronteira: Faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002.
- HURTIENNE, Thomas. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N.; MATHIS, Armin.; CASTRO, Edna.; HURTIENNE, Thomas. (Orgs.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 2001.
- HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v.8, n.1-p. 019-071 jun. 2005.
- MICHELOTTI, Fernando. Luta pela terra e assentamentos no sudeste do Pará. **Antropolítica** Niterói, n. 26, p. 245-266, 1. sem. 2009.
- MICHELOTTI, Fernando. *O agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no sudeste do Pará*. 2º encontro da rede de estudos rurais, 11 a 14 de setembro de 2007, UFRJ, Rio de Janeiro (RJ).
- MONTEIRO, M. A. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, 2005.

MONTEIRO, M. A.; CRUZ, A. G.; CAMACHO, M. S.; SILVA, R. P.; SILVA, E. P. R. *Tendências no uso do solo na região da Marabá*. In: Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Marabá (PA), 2016. Relatório de Pesquisa.

MONTEIRO, M. A.; TEIXEIRA, S. S. T. Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no sudeste do estado do Pará, Brasil. *Raízes (UFPB)*, v. 25, p. 48-54, 2006. n.º 1 e 2, p. 48-54, jan./dez. 2006

MONTEIRO, M.A. A opção possível e desejável por um novo modelo de desenvolvimento. In MONTEIRO, D. C.; MONTEIRO, M. *Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural*. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006, p. 1-13.

MEIHY, Jose Carlos Sebe B. HOLANDA, Fabiola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo, Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar. Diversidade socioambiental e dinâmicas da relação sociedade-natureza na área de fronteira agrária do sudeste do Pará. 2009. 280 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio, Porto Alegre, 2009.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1988

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SILVA, Idelma Santiago. **Gênero e movimento social do campo: Narrativa de mulheres dirigentes do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no sudeste do Pará**. Rio Grande do Sul: XIII encontro nacional de História oral, 2016.

TRINDADE, José Raimundo Barreto (org.). **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia**. Belém: Paka-tatu, 2014.